

Revista de cultura trasmontana e duriense



Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real

Tellus
64

Tellus, n.º 64

Revista de cultura trasmontana e duriense

Director: A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real

Na capa: Norberto Lopes, caricatura de Francisco Valença

Vila Real, Junho de 2016

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Paginado e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. — Vila Real



Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.

Embora dispensando-lhes a melhor atenção, TELLUS não se obriga a publicar quaisquer originais não solicitados.

Autoriza-se a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

TELLUS encara favoravelmente quaisquer modalidades de permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.

TELLUS faculta aos seus colaboradores a tiragem de separatas dos seus artigos, correndo as despesas por conta daqueles.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus
64

Casa Paterna, um caso singular da ficção de João de Araújo Correia

Hercília Agarez

Narrar é criar, pois viver é apenas ser vivido.

Fernando Pessoa

No conceito mais generalizado, o romance distingue-se da novela apenas pela maior extensão; mas há também teóricos da Literatura que delimitam os dois géneros por traços qualitativos, estruturais. [...] Enquanto na novela predomina o evento, a história linearmente contada, no romance avulta uma atmosfera psico-social, o romance configura um mundo de personagens mais denso e complexo, aproxima-nos do acontecer quotidiano, e daí um ritmo temporal mais lento.¹

Jacinto do Prado Coelho

Muito se escreveu e alguma coisa se vai escrevendo, mais de trinta anos após o seu desaparecimento, sobre os contos de João de Araújo Correia ao tempo considerado consensual senão unanimemente um mestre no género. Ocupam eles uma parte substancial da sua bibliografia e constituem o género ficcional em que o escritor se sente mais à vontade porque para a sua construção lhe sobraram momentos surripiados

¹ Jacinto do Prado Coelho, *Dicionário de Literatura*, 2.º vol., p. 950.

ao labor enquanto clínico. A sua capacidade de efabulação, aliada a um manancial de experiências vividas que lhe serviram de matéria, a mestria na delineação de personagens e na captação de realidades físicas e humanas, sem esquecer a pluralidade de registos de língua e a correcção e colorido da mesma, se o não guindaram ao estatuto de romancista dele se aproximou enquanto novelista.

O facto de o escritor nortenho ter sido galardoado em 1969 com o Prémio Nacional de Novelística pela então Sociedade Portuguesa de Escritores indica que o valor da sua ficção foi reconhecido pela intelectualidade lisboeta e que o seu nome ultrapassou fronteiras de Douro e de Marão.

Onde se encontram, então, as tais novelas? Curiosamente nas colectâneas de contos, sem qualquer tipo de distinção nem de realce, a não ser o facto, cremos que intencional, de a(s) remeter para o fim dos livros. Assim, «Mãos Fechadas» encontra-se em *Tempo Revolvido – Doze contos e uma novela* (1974), «O Fio de Platina» em *Rio Morto – Contos e uma novela* (1973), «O Poço da Lameira» em *Terra Ingrata – Contos e novelas* (1946). Cremos que «As mulheres são o Diabo» e «D. Constança», inseridas na mesma colectânea, não têm densidade nem complexidade narrativas suficientes para que sejam rotuladas de novelas. E ainda «Dia de Natal» em *Cinza do Lar* (1951). Curioso assinalar que a primeira novela aqui referida figura na *Antologia do Conto Português Contemporâneo* e constitui sugestão de leitura no programa de Literatura Portuguesa do Curso Científico-Humanístico de 2001.

Para além do número de páginas, distinguem-se, numa colectânea, os contos das novelas porque nestas o autor cria espaços que marcam diferentes tempos do discurso, aumenta o número de personagens, enriquece a intriga com episódios que lhe dão pitoresco e vivacidade. Só em dois casos recorre à divisão em capítulos: «Mãos Fechadas» (XVIII) e *Casa Paterna* (XXIII).

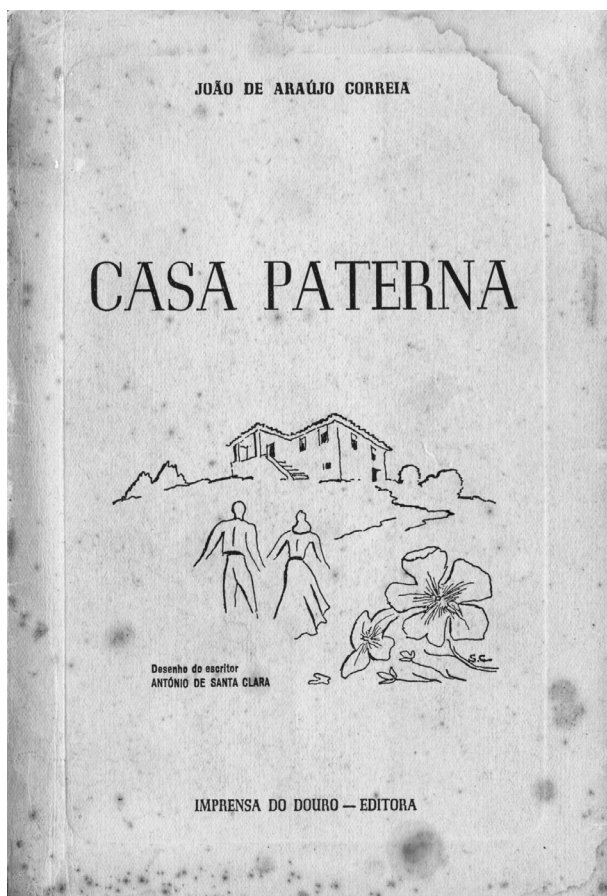
O facto de grafarmos esta última narrativa de maneira diferente tem a ver com a circunstância de ter sido a única publicada isoladamente. Parece ter querido emancipar-se e autonomizar-se, exigindo um estatuto a que se julgava com direito, numa sobrançeria de olhar sobre os modestos contos.

Editada pela Imprensa do Douro em 1951, tem uma capa de tocante simplicidade, uma espécie de indício para o seu conteúdo: um jovem casal de mãos dadas, em direcção a uma casa rural, e umas flores como símbolos de vida feliz e norteadas pela espiritualidade.

A obra termina na página 118, seguindo-se-lhe apreciações críticas sobre a anterior, *Cinza do Lar*, seleccionadas da imprensa da época pela própria Editora.

Caso singular da ficção de João de Araújo Correia é, pois, *Casa Paterna*, publicação autónoma a que o escritor, sem nota prévia, prefácio ou advertência, põe o tímido rótulo de *Crónica Rural*. Se o adjectivo não levanta qualquer tipo de discussão (não esqueçamos os cenários, predominantemente rústicos, em que se desenrolam histórias de vida da gente simples em espaços simples), o uso da palavra crónica

parece-nos descabido por várias razões que se prendem com a tipologia de textos literários. De facto, nada tem a ver com as narrativas encomendadas pelos reis aos cronistas, nem com textos publicados em jornais e revistas por grandes escritores como, no século XIX, Camilo, Eça, Ramalho e outros e, modernamente, por romancistas e poetas que não desdenham desse género tanta vezes menorizado, utilizando-a, como fez o autor de *Rio Morto*, como análise crítica de acontecimentos da actualidade.



Em termos de desenvolvimento, de estrutura narrativa, de multiplicidade de personagens e de situações, de atenção dispensada à delineação de intervenientes e de espaços, de fixação epocal a envolver usos e costumes, *Casa Paterna* é, no nosso parecer, uma autêntica novela.

Registe-se que tal designação era usada comumente na ficção narrativa do século XIX para a distinguir do romance, como aconteceu, para se ser rigoroso, com a obra de Camilo Castelo Branco. Em Portugal, contrariamente ao que sucede na vizinha

Espanha, e a partir da influência do movimento francês de meados do século XX — o *nouveau roman* — deixou de fazer sentido o recurso ao termo novela, facto que terá causado certo embaraço a autores como Miguel Sousa Tavares que, contornando a dificuldade, denominou *No Teu Deserto de Quase romance*. Aliás, o próprio João de Araújo Correia, num tom de desassombrada e certa crítica, escreve na crónica «Modas Literárias» inserta em *Três Meses de Inferno*:

A moda, hoje em dia, é o romance. Bem feito ou mal feito, bem escrito ou mal escrito, se o livro for romance, logo se edita com avidez e logo se lê com gula. Lê-se de fio a pavio ainda que seja insulso e mal alinhavado. Lê-se porque é moda. Edita-se, porque é moda. O editor pede romances a qualquer bicho-careta que mexa numa pena.²

Se é singular a obra de João de Araújo Correia que ora nos ocupa pela designação tipológica, é-o igualmente pelo seu teor edificante, pelo seu desenlace feliz (o que não sucede na maior parte dos contos, seus e de outros autores), pelos ideais de vida enaltecidos, pelas mensagens transmitidas em que predominam o entendimento conjugal, a prática da solidariedade, o desapego de bens materiais.

Trata-se de uma história de amor vivida em espaço rural por personagens de formação urbana, ou seja, jovens instruídos e oriundos de famílias abastadas que os ares do campo não bestificaram, antes transformaram em seres não obcecados com o enriquecimento que ultrapasse a satisfação de hábitos de vida em que burguesia se harmoniza com ruralidade.

Feitos os estudos liceais e abandonado, por doença e falta de interesse, um curso de Direito, Henrique, receoso da esperada má reacção da mãe, busca a sorte no ultramar. Perante o insucesso nos negócios, regressa, ainda doente, à casa paterna, algures numa aldeia do Douro. Para ela o empurram as conveniências, mas também a saudade das raízes físicas e familiares — «o viandante, que sempre amara as oliveiras, como árvores fraternas, extasiou-se ao vê-las flutuar no cerrado negrume». Na «fragrância dos pinheirais», adivinhava efeitos curativos.

Foi recebido por uma mãe «alquebrada» que abraçou, soluçante, o filho pródigo. O pai, esse, devorador de livros, idealista alheio a quanto à vida da propriedade dissesse respeito, viu na chegada do rapaz a garantia de manutenção dos seus bens para a qual em nada contribuía.

Depressa se acomodou Henrique aos hábitos aldeãos, à vida no campo e aos respectivos trabalhos. Um projecto de doutor, logo se transformou em realizado lavrador, em apaixonado e intuitivo executor de cavas e de surribas, de podas e de pisas:

² João de Araújo Correia, in *Três Meses de Inferno*, p. 153.

Dava escassa produção a quinta da Travanca. Henrique porém resolveu não a aumentar para não sacrificar a qualidade à quantidade. Se estrumasse o terreno e enxertasse as videiras com castas de uvas aguanentas, obteria mais vinho, mas... vinho ordinário. Adubar, só adubaria o preciso e enxertaria só castas históricas, o bastardo, a touriga e outras célebres tintas, que tinham contribuído, com as suas essências e os seus corantes, para tornar famoso o vinho de Cima-Douro.³

A partir do momento em que Henrique, readquirida a saúde, toma a seu cargo a administração da quinta, ocupa a centralidade da acção. Os próprios pais são, simplesmente, o pai e a mãe de Henrique. Não lhes conhecemos os nomes. Surgirá, pouco tempo depois, uma personagem feminina (que *cultivava flores e lia livros*) que não retirará o protagonismo do seu antigo colega de liceu. Com efeito, após a morte súbita da ríspida dona da quinta, Aninhas e Henrique trocam juras de fidelidade por ambos rigorosamente cumpridas. O acontecimento é pretexto para o autor nos pôr ao corrente dos costumes da aldeia quanto a velórios e funerais:

O sapateiro da terra, aceito em todas as casas por ser insinuante, prestável, muito mais esperto que o comum dos vizinhos, começou a contar histórias picarescas, fazendo sorrir dissimuladamente os mais sisudos. [...] Ria e falava alto como se estivesse numa merenda ao ar livre. Tipo gnomos, endireitava o dorso abaulado e passava a manípulo pelo nariz adunco ao acabar de proferir uma agudeza, disparando-a como flecha contra o coração dos assistentes.⁴

Decorre assim, numa harmonia pacífica, o dia-a-dia de um casal com idêntica educação, idênticos princípios, igual tenacidade na superação de dificuldades e na realização de projectos comuns. Se não lhes estava reservada a alegria da condição de pais, dão sentido às vidas projectando a sua capacidade de doação a favor de desfavorecidos desamparados para os quais mandam construir um albergue, projecto altruísta que preencheria um vazio afectivo não suficientemente forte para impedi-los de se realizarem enquanto seres humanos solidários:

Construiria ao fundo da eira onde malhava o pão uma casinha caiada para abrigo de jornaleiros cansados. Essa casa teria porta para a rua a fim de os albergados entrarem ou saírem sempre que quisessem.

³ Idem, in *Casa Paterna*, pp. 92-93.

⁴ Idem, *ibidem*, pp. 40-41.

*Dentro de portas, cuidaria deles uma boa velha ainda conservada, irmã de todos, que os lavaria e remendaria, e lhes faria o caldo.*⁵

Caracteriza também esta narrativa o predomínio flagrante de pessoas bondosas, sejam simples trabalhadores (o podador, o feitor, as ceifeiras, os malhadores, as vindimadeiras, o tanoeiro) sejam outras de um ou de outro modo ligadas à família. Excepção feita ao maior credor a que Henrique teve de recorrer para solver dívidas do pai:

– *O meu dinheiro não é para comédias, disse. Lá o pai que tenha juízo... É pena que homem tão inteligente seja poeta. Passa a vida a ler, a escrevinhar, e não põe o pé na vinha. [...]*

– *Mas eu... Eu posso ajudar meu pai, replicou Henrique. Estou disposto a isso...*

[...]

– *O Senhor?! Valha-o Deus! O senhor é um tísico!*⁶

Esta obra é especial, também, pelo seu desenlace. Contos de João de Araújo Correia como contos de contemporâneos seus têm um fim infeliz, por vezes trágico. Morte naturais ou causadas por assassinios e suicídios, separações definitivas, vinganças irreversíveis, ajustes de contas, etc., marcam finais de intrigas adivinhados pelo leitor através de indícios espalhados criteriosamente pelo escritor ao longo da intriga.

Ao lermos *Casa Paterna* somos, espontaneamente, remetidos para os romances rurais de Júlio Dinis, escritor muito do agrado de João de Araújo Correia. Pelo valor atribuído ao trabalho, pela valorização da fraternidade, da alegria, pela convicção do efeito regenerador do campo em doentes deprimidos pela cidade. E pelo interesse inspirador da vida rústica com os seus trabalhos, os seus costumes, a psicologia do seu povo.

Na sua colectânea de crónicas *Nuvens Singulares*, o escritor da Régua dedica duas delas ao colega de profissão e de vocação. E escreve em «O Meu Júlio Dinis»:

Júlio Dinis ficou para mim o que foi na minha juventude. Dele formei, em anos tenros, juízo definitivo. Quantas vezes, ao lê-lo, à luz de uma vela aldeã, eu diria entre mim: Júlio Dinis é, sobretudo, um homem inteligente.

⁵ Idem, ibidem, p. 110.

⁶ Idem, ibidem, p.62.

Obras citadas:

- CORREIA, João de Araújo, *Terra Ingrata*, Portugália Editora, Lisboa, 1946.
- — *Três Meses de Inferno* - Miscelânea, Portugália Editora, Lisboa, 1947.
- — *Cinza do Lar*, Imprensa do Douro Editora, 1951.
- — *Casa Paterna*, ibidem, 1951.
- — *Tempo Revolvido*, ibidem, 1974.
- — *Nuvens Singulares*, ibidem, 1975.
- *Dicionário de Literatura* (em dois volumes), direcção de Jacinto do Prado Coelho, 3ª edição, Livraria Figueirinhas, Porto, 1969.

M. Hercília Agarez, Fevereiro de 2016

Evocação de António Cabral¹

José Vasconcelos Viana

Conheci António Cabral na Primavera de 1958, quando ele reunia à sua volta uma série de alunos do 6.º ano do Liceu Camilo Castelo Branco de Vila Real, para levar à cena uma peça patriótica, passada no tempo das Invasões Napoleónicas.

Desde logo o seu entusiasmo contagiante, o seu sorriso permanente de estímulo e confiança em todos nós, fez com que o espectáculo se erguesse e fosse levado à cena no Cine Teatro Avenida de Vila Real, antes do Verão de 58. O que não foi tarefa pouca. Digo-o com a experiência que tive dessas andanças cénicas, ao longo de 26 anos, em que tantos e tantos projectos semelhantes não conseguiram, por este ou aquele motivo, chegar à estreia.

Recordo-me de ter visto o espectáculo da plateia (uma apendicite aguda, com intervenção cirúrgica e internamento na clínica do Dr. Otílio Figueiredo, impediram-me de chegar ao fim dos ensaios). A esta distância, ainda me admiro de como é que António Cabral conseguiu aquela montagem, com guarda-roupa de tropas napoleónicas, um acampamento em cena, com uma fogueira verdadeira, sem receio de fumo que chegou à plateia, provocando os protestos do Sr. Prof. Botelho.

Foi António Cabral a primeira pessoa a considerar que eu poderia ter jeito para representar em cima de um palco. (Depois dele, em Dezembro do mesmo ano, o Sr. Claro do Governo Civil, na Gala da Academia dos finalistas do Liceu em 58-59... e outros, a partir daí, quando fui estudar para Lisboa; e, a seguir a fazer a

¹ Este texto foi escrito expressamente para ser inserido numa reedição fac-similada dos *Poemas Durienses* que está prevista, mas ainda não foi possível concretizar. José Vasconcelos Viana foi um dos elementos do Movimento Setentrão, de que António Cabral foi grande mentor e dinamizador.

guerra do Ultramar, já empregado na TAP, consegui acumular esse emprego com 15 anos de teatro profissional, até Julho de 84. Cansado dessa duplicação, resolvi ir residir para a Costa da Caparica e ajudar a criar dois filhos, deixando o teatro para sempre).

Nunca me esqueci que foi António Cabral que me lançou nessa actividade. Como também não me esqueço da amizade e do sorriso sempre aberto e fraternal com que me recebia nas curtas férias escolares que eu ia passar a Vila Real de 1959 a 1964, altura em que fui para a guerra do Ultramar.

Nesses curtos períodos é que convivi com ele e segui o que ele fazia com a *Setentrião*.

Lembro-me dos convívios na Gomes, na sala de explicações do Ascenso Gomes, também fui à sala dele, nessa pequena rua ao lado da Gomes. Sempre que lá voltava, ele falava-me duma animada sessão em que nós cantávamos coros do exército soviético com uma “Kalinka, Kalinka”, que eu tinha em casa, (numa altura em que isso era mal visto, por isso nos empolgava).

Esse período está mais que bem descrito, no trabalho editado pelo Grémio Literário Vila-Realense sobre o “Movimento Setentrião”, por Elísio Amaral Neves, 12 de Fevereiro de 2009. Fiquei admirado com a quantidade de informação aí recolhida. Só pela amizade dele, ou pelo seu empenho em motivar quem o rodeava, é que eu compreendo que ele mencionasse o meu nome como coordenador, ou correspondente em Lisboa, da revista *Setentrião*. Só para o primeiro número enviei uma colaboração, fraca, sobre o que se passava em Lisboa na área do espectáculo.

Mesmo assim, ele estimulava-me sempre a continuar a escrever, a fazer crítica.

Neste capítulo, nunca fui capaz de lhe corresponder. Por falta de gosto e de capacidade, (de preguiça não tive falta) não lhe pude dar esse gosto.

Considero, considerei, uma grande honra ele incluir-me entre os seus camaradas da *Setentrião*, na dedicatória que ele nos faz em 1963 quando da edição dos seus *Poemas Durienses*. Como eu gostaria de poder agora voltar a retribuir-lhe o abraço que ele me enviou com o seu exemplar autografado, e dizer-lhe de viva voz: grande livro, belos poemas, forte Douro.

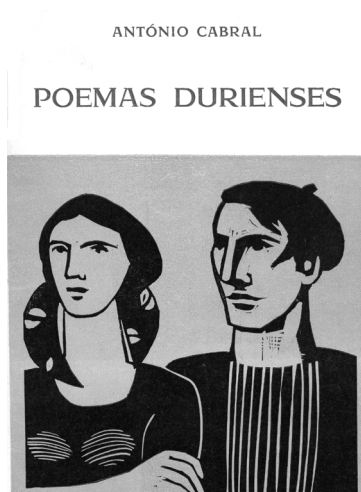
Lembro-me da última vez que pude conversar com ele, à mesa da Brasileira, calculo que por volta de 1977: já não lhe vi o sorriso aberto e confiante; queixava-se de que aquelas amizades e companheirismo se tinham fragmentado e dispersado pelas rivalidades entre os partidos políticos. Eu não tinha pensado em como isso pode ser mais sentido, numa cidade como Vila Real.

Nestes últimos 30 anos, a vida, o dia a dia, as pequenas voltas de coisas sem importância, levaram-me a ser cada vez mais breve nas minhas idas a Vila Real, motivadas por razões familiares. Procurei António Cabral naquele edifício da antiga Escola Industrial, em frente à Igreja de S. Pedro, onde soube que ele dirigia uma instituição de animação cultural. Nunca aconteceu encontrá-lo, talvez por eu passar

por lá em datas festivas, Natal, Páscoa, etc. Ia seguindo a sua actividade de maneira fragmentada, por uma ou outra notícia da imprensa de Vila Real, ou nacional (sobretudo ligados à animação de jogos tradicionais).

Foi por isso uma revelação do “site” em que toda uma vida cheia me foi descrita. Li toda aquela informação como se visse um filme, que muito me tocou e comoveu, sobre uma pessoa que me foi tão próxima, numa fase decisiva e difícil da minha vida (os 17 aos 24 anos).

Só agora reparei que ele era mais velho que eu dez anos: nunca me pareceu que ele tivesse mais do que cinco anos além de mim. Era mais novo que eu em energia, alegria, capacidade de comunicação e extensão aos outros, de uma afectividade transparente e genuína.



Ouvi há dias uma citação de um realizador-encenador célebre: *para se ser feliz é preciso ter uma saúde forte e uma memória fraca*. Não é que a memória destes 50 anos da publicação de *Poemas Durienses* seja triste. Mas é certo que, para mim, esta evocação é motivo de nostalgia e de desgosto, por não ter conseguido estar mais próximo de pessoas com quem cruzámos ao longo da vida. Pensei que em qualquer altura podia voltar a contactá-las, que estariam ali sempre disponíveis para nos darem o seu abraço amigo, e já não é possível. É isso que dói. É a memória dessas pessoas, que já não podemos abraçar, que nos penaliza.

A memória de António Cabral está no grupo mais restrito de amigos que já não posso voltar a abraçar.

10 de Março de 2014
Zé Viana

A “Vital Moura” (Maria Emília Teixeira de Moura) e a sua ligação aos Teixeiras Carneiro da Fontoura, da Quinta do Assento de Adoufe — uma benemérita de Vila Real

António Conde

Apresentação

“Falleceu há poucos dias a snr^a D. Maria Emilia Teixeira de Moura, viuva e possuidora de uma avultada fortuna. Instituiu por herdeiro o hospital d’esta villa, com varios encargos e obrigações. Ao asylo de infancia legou um conto de reis. Ordenou que se vistam annualmente quinze pobres e deixou muitos outros legados. Era senhora de muitas virtudes e muito respeitada n’esta villa.”

A notícia necrológica publicada no diário portuense “Jornal do Porto”, em 22 de Fevereiro de 1876, serve de introdução ao estudo biográfico que aqui queremos apresentar relativo a uma grande benemérita da Misericórdia e do concelho de Vila Real e espelha “grosso modo” a importância da biografada, possuidora de uma enorme fortuna que distribuiu, de forma generosa, pelos familiares de todas as matizes, pelos amigos e conhecidos, pelos presos e pelos pobres e por várias instituições assistenciais de Vila Real e não só.

É uma personalidade pouco conhecida no meio vila-realense apesar de, na memória oral de alguns lugares da freguesia de Adoufe, nomeadamente Minhava e aldeias circum-vizinhas, “a Vital Moura”, como aqui é conhecida pelas pessoas

mais velhas, ser ainda recordada nas histórias que ouviram dos seus antepassados. Foi também nesta freguesia, que foi o seu amargo berço e lugar de criação, como adiante veremos, que a biografada mandou construir uma vetusta capela, de invocação a Santa Ana que, pela sua “grandiosidade”, contrasta com a simplicidade do local.

Honra seja feita à Misericórdia de Vila Real que, numa obra de referência publicada há cerca de cinco anos, deu a conhecer à comunidade a história e o património arquitectónico e artístico da instituição e o património humano constituído por quem serviu a penta-secular instituição e os seus beneméritos, em cuja galeria se encontra retratada Maria Emília Teixeira de Moura. Paralelamente entre o património arquitectónico recuperado, na sua quase totalidade, incluiu a Misericórdia a capela de Santa Ana, de Minhava, a qual se encontrava num estado de franco abandono.

O saudoso professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida defendia que *“Património é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades”*¹. Esta acepção patrimonial valoriza assim os valores da identidade, da memória e da qualidade.

Adentro da lógica patrimonial atrás enunciada os elementos identitários ligados à figura e aos lugares da memória da benemérita Maria Emília ganharam, nos últimos anos, a vivificação e o resgate que se impunham. Os tempos que vivemos, ao priorizar e valorizar, em demasia, o lado material das coisas, criam enormes vazios existenciais que, eventualmente, só o conhecimento da história de vida e o exemplo de dedicação à comunidade e de benemerência de alguns dos “notáveis” que nos precederem, como é o presente caso, podem ajudar a colmatar.



Imagem nº 1 – Retrato de D. Maria Emília Teixeira de Moura (excerto do quadro a óleo da galeria de retratos dos beneméritos da Misericórdia de Vila Real).

¹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira – Património – Riegl e hoje, Revista da Faculdade de Letras - História, II Série, Vol. X, Porto, 1993, pp. 407-408.

Nessa perspectiva esperamos que o estudo que empreendemos ajude a completar o encetado processo de resgate da memória de Maria Emília Teixeira de Moura e dos sítios a ela ligados.

1. “A Vital Moura” ou Maria Emília Teixeira de Moura?

Nascido na aldeia de Minhava, nas imediações da sua capela², o autor deste estudo cedo começou a ouvir, em meio familiar, a história de vida de uma familiar rica, designada por Vital Moura, que mandou fazer a capela de Santa Ana, acabada já depois da sua morte, onde deveria ser dita perpetuamente missa, a celebrar por um sobrinho e afilhado³ (então ainda criança) que, por conta da herança, deveria estudar e ser ordenado sacerdote. Para além disso ser-lhe-iam ainda deixados vários bens patrimoniais, nomeadamente terrenos e casas para ajudar a prover ao seu sustento, na condição de tudo perder caso desistisse da ordenação. Entretanto, segundo se contava, o jovem, depois de alguns anos de estudos, terá sido pressionado pelo herdeiro a abandoná-los e a renunciar à carreira eclesiástica. A renúncia, segundo se dizia, viria a acontecer e o jovem José Joaquim, arrependido e envergonhado pelo que perdeu e fez perder à família, emigrou para o Brasil de onde nunca mais regressou e de quem nunca mais houve notícias. A versão desta história oral, ainda há poucos anos, nos foi corroborada por um antigo morador do lugar de Minhava⁴.

A nossa experiência de investigação há muito nos habituou a não menosprezar algumas estórias contadas no meio familiar ou popular e, de facto, no presente caso, a investigação e cruzamento das mesmas no “crivo” das fontes documentais, veio provar a veracidade de boa parte da história e dos seus intervenientes, nossos familiares alguns deles. Carreámos para a investigação essas fontes orais pelo simples facto de que foi através delas e do conhecimento empírico da história da família do autor, sempre presente nas conversas de família, que tornou possível a realização deste estudo biográfico nas condições em que é apresentado.

Com efeito foi a partir da designação popular de “a Vital Moura”, a qual, no princípio, nos fazia alguma confusão, que assumimos como a mulher de um tal Vital Moura e que chegámos à figura de Vital Máximo Teixeira de Moura, com quem Maria Emília viria a casar e de quem teve uma filha. Quanto ao resto as dúvidas foram-se dissipando à medida que avançava o conhecimento científico da genealogia familiar

² No início da década de 60 do século passado o autor participou, como figurante, na procissão das festas de Santa Maria de Adoufe que têm lugar a 15 de Agosto. Nessa época conhecemos o interior da capela de Minhava onde eram guardados os andores que participavam na procissão.

³ Tratava-se, segundo dizia nossa mãe, de um meio-irmão de nosso avô paterno que curiosamente usava um nome igual ao irmão, ambos baptizados com os nomes de José Joaquim, em 1873 e 1885, respectivamente.

⁴ De facto o Sr. Capela, que trabalhou em casa do Sr. Afonso Dias e depois foi seu genro, confirmou-nos, em 2010, a mesma história que se contava em Minhava, a respeito da Vital Moura.

do autor. Fundamental foi a consulta e estudo da magistral (embora não isenta de algumas lacunas) obra do médico e grande genealogista e heraldista vila-realense, Dr. Júlio Teixeira, designada “Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu termo”, adiante apresentada. Isto porque “a Vital Moura”, apesar de ter sangue plebeu, pelo lado materno, na pessoa de sua mãe Margarida Alves Pires⁵, era filha bastarda do chamado morgado de Adoufe e Senhor da Casa do Assento da Igreja de Adoufe, morador na sua Casa de S. Pedro, de nome Duarte Teixeira de Macedo Carneiro da Fontoura que era casado com D. Feliciano Margarida Teixeira Carneiro da Fontoura.

Tem por isso essa ligação familiar, após ter sido perfilhada, a uma das famílias mais importantes da nobreza vila-realense, a família dos Carneiros da Fontoura, proveniente da Galiza nos inícios da Idade Moderna, como adiante veremos.

Daí a enorme fortuna que viria e herdar de seu pai, que juntou aos bens do marido também ele oriundo de famílias burguesas enobrecidas.

Contudo Maria Emília nunca esquecerá as suas raízes humildes e os familiares que a terão ajudado a criar. São esses, os pobres e os necessitados que ela beneficiou no seu testamento, feito num momento de grande angústia, após ter perdido o marido e, prematuramente, aos 17 anos, a sua única filha.

2. História de vida de D. Maria Emília Teixeira de Moura

2.1. Nascimento e criação

Maria Emília era filha natural de Margarida Alves Pires⁶, moradora no lugar de Minhava, e do morgado de Adoufe, Duarte Teixeira Macedo Carneiro da Fontoura, casado com D. Feliciano Margarida Teixeira Carneiro da Fontoura, moradores na casa-mãe da família no Largo de S. Pedro, hoje sede da Universidade Sénior.

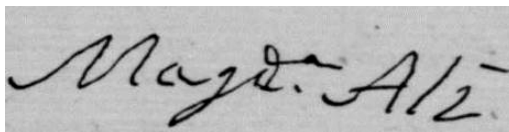
A black and white photograph of a handwritten signature in cursive script. The signature appears to read 'Margarida Alves Pires'.

Imagem nº 2 - Assinatura de Margarida Alves Pires, mãe de D. Maria Emília, em registo paroquial

Sendo filha espúria dos amores de Margarida e Duarte, uma plebeia e um nobre, a recém-nascida foi ocultada e não teve baptismo na freguesia de Adoufe. O seu registo de baptismo na freguesia de S. Dinis é muito lacónico, na medida em que não

⁵ À biografada ligam-nos dois antepassados comuns (de quem descendemos); no caso seus avós maternos Joaquim Pires, de Minhava, que foi casado com Ana Luísa Alves, de quem herdámos o apelido e que são dois dos nossos 64 pentavós paternos e curiosamente também maternos.

⁶ Margarida Alves Pires, natural de Minhava era filha de Joaquim Pires e de Joaquina Alves.

vincula nenhum dos progenitores. A criança foi entregue aos cuidados de uma ama que a levou a baptizar, na dita igreja de S. Dinis, em 11 de Agosto de 1818, conforme uma nota à margem do registo, do seguinte teor “*Declaro que foi esta menina trazida à pia pela Ama Ana Joaquina mulher de Luís Álvares Martins desta Vila*”⁷. Foram padrinhos o Pe. José Botelho de Sousa, pároco de S. Dinis e madrinha Nossa Senhora da Conceição.

Julgamos que depois da amamentação, feita pela ama de criação, terá sido entregue aos cuidados dos avós e tios e criada no lugar de Minhava, crescendo no meio dos primos e muito provavelmente longe dos olhares da mãe, a qual ou morreu cedo, ou se afastou do local por imposição do dito morgado. O testamento de Maria Emília, no que concerne aos familiares beneficiados, revela alguma cumplicidade e sinais evidentes de gratidão para com os parentes pobres de Adoufe e é lacunar em relação à figura da mãe a quem poderia ter dedicado missas.

Não se sabe quando D. Maria Emília terá sido perfilhada pelo pai. No entanto cedo deve ter sido iniciada nos círculos da família dos morgados de Adoufe. O seu casamento tardio, quando já contava 37 anos e reduzidas hipóteses de ser mãe de filhos saudáveis, tem como parceiro um membro de uma família burguesa da freguesia de Nogueira e grande proprietária de bens nas freguesias de Vale da Ermida e Alvações do Corgo. Esta estratégia poderá ter a ver com as pretensões e o prestígio da família Carneiro da Fontoura de união a uma família rica, ligada ao negócio dos vinhos.

2.2. A união dos Carneiros da Fontoura aos Teixeira de Moura

O casamento⁸ com Vital Máximo Teixeira de Moura, a que assistiram as testemunhas “*além das outras muitas pessoas*”, conforme o registo, foi realizado na igreja de S. Pedro, em Vila Real, teve lugar no dia 24 de Dezembro de 1855 e a noiva, designada como Dona (tratamento reservado a uma minoria) usava já os apelidos Teixeira Carneiro da Fontoura.

Viveram Vital Máximo de Moura e D. Maria Emília Teixeira de Moura na sua casa sita na Rua Nova, da freguesia de S. Dinis.

2.2.1. Vital Máximo Teixeira de Moura

Vital Máximo de Moura, nascido na freguesia de S. Dinis, aos 30 de Maio de 1816, era filho de António Álvares de Moura, Senhor da Casa de Nogueira e de D. Ana Emília da Assunção Teixeira de Carvalho, da freguesia de Vitória (Porto).

⁷ Registos Paroquiais de S. Dinis, ano de 1818 – livro de baptismos de 1801 a 1823, pp. 212 e 212v - PT-ADVRL-PRQ-PVRL23-001-001-008_m0214.tif e ADVRL-PRQ-PVRL23-001-001-008_m0215.tif

⁸ Registos Paroquiais de S. Pedro, ano de 1855 – livro de casamentos de 1847 a 1863, pp. PT-ADVRL-PRQ-PVRL24-002-079_m0080.tif/ PT-ADVRL-PRQ-PVRL24-002-079_m0081.tif

Em 1846, a 3 de Setembro, no período do cabralismo, foi eleito vereador na Junta Governativa da Câmara Municipal de Vila Real. Anteriormente havia sido promotor de uma polémica representação contra o ministério de Costa Cabral, a qual teve como causas imediatas a demissão do escrivão do juízo ordinário de Sabrosa, Manuel dos Santos e Sousa, por ter reconhecido as assinaturas dos petiçãoários⁹.



Imagem nº 3 - Jazigo de Vital Máximo de Moura e família (cemitério de S. Dinis)
(Foto de António Conde, 2015)

Vital Máximo de Moura, para além da filha legítima Ana Emília, teve uma filha com Margarida dos Santos Pereira, de nome Isilda Máxima Teixeira de Moura, natural de S. Dinis e que viria a casar¹⁰, em 28 de Setembro de 1871, com Cirilo Ferreira Botelho de Sampaio, este filho do Dr. José Camilo Ferreira Botelho de Sampaio, um bacharel em Direito que, em 1822, foi deputado por Vila Real e que foi padrinho do escritor Camilo Castelo Branco o qual adoptou alguns dos seus apelidos.

⁹ BRANCO; Camilo Castelo - Correspondências do Periódico dos Pobres – Introdução e notas de Manuel Tavares Teles, Vila Real, Grémio Literário Vila-realense/Câmara Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais, IV Série, nº 7, 2010.

¹⁰ Registos Paroquiais de S. Dinis, ano de 1871 – livro de casamentos de 1871, pp. 3-3v – PT-ADVRL-PRQ-PVRL23-002-144_m0004.tif / PT-ADVRL-PRQ-PVRL23-002-144_m0005.tif

Cirilo Sampaio, que viveu na Quinta da Cabana, freguesia de Arroios, foi um dos beneficiados no testamento de D. Maria Emília Teixeira de Moura.

Vital Máximo teve vários irmãos, alguns deles nobilitados.

Em primeiro lugar surge Guilherme Júlio Teixeira de Moura, nascido em 1814, e que foi 1º barão de Vilalva Guimarães¹¹, local da freguesia de Arroios onde se situavam as suas propriedades. Era médico, diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto e Doutor pela Universidade de Paris.

Em segundo lugar surge o Dr. Luís Cândido Teixeira de Moura¹², nascido em 1825, e que recebeu o título de Visconde da Azinheira. Foi bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, Secretário do Governo Civil de Aveiro e funcionário do Estado em diversos distritos. Foi um dos contemplados no testamento de D. Maria Emília Teixeira de Moura.

Vital Máximo Teixeira de Moura faleceu aos 50 anos de idade, em 27 de Março de 1866¹³, quando a sua filha Ana Emília contava 7 anos de idade e jaz sepultado no cemitério de S. Dinis.

2.2.2. A filha Ana Emília

Nasceu Ana Emília na Rua Nova, em 10 de Julho de 1857 e foi baptizada na igreja de S. Dinis a 20 de Julho¹⁴ sendo padrinhos o seu tio, Dr. Luís Cândido Teixeira de Moura, por procuração, e madrinha Nossa Senhora do Rosário cuja coroa tocou a baptizando ao sair da pia baptismal.

Nada se sabe sobre a criação de Ana Emília que ficou órfã de pai, aos 7 anos de idade. Sabemos, pela consulta de alguns registos paroquiais, que a partir dos 15 anos foi madrinha de baptismo, por procuração, de alguns filhos de familiares pelo

¹¹ PINTO, Albano da Silveira, BAËNA, Visconde de Sanches de - Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal, vol.1, 2ª Ed., Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883 (1991), p. 191.

O título foi-lhe dado pelo rei D. Luís, por decreto de 14 de Janeiro de 1864, em atenção à grande doação que seu tio João Teixeira Guimarães fez à Misericórdia do Porto.

Guilherme Júlio era médico-cirurgião diplomado pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto e doutorado em Medicina em Paris. Era irmão da Santa casa da Misericórdia do Porto e foi Reitor do Liceu de Vila Real.

¹² https://pt.wikipedia.org/wiki/Bar%C3%A3o_de_Vilalva_Guimar%C3%A3es – visualizado em 2016.05.01. O título foi dado por decreto do rei D. Luís I, de 30 de Dezembro de 1870 e carta de 10 de Fevereiro de 1871.(1991), p. 191.

O título foi-lhe dado pelo rei D. Luís, por decreto de 14 de Janeiro de 1864, em atenção à grande doação que seu tio João Teixeira Guimarães fez à Misericórdia do Porto.

¹³ Registos Paroquiais de S. Dinis, ano de 1871 – livro de registo de óbitos de 1866, pp. 2-2v - PT-ADVRL-PRQ-PVRL23-003201_m0003.tif / PT-ADVRL-PRQ-PVRL23-003-201_m0004.tif.

¹⁴ Registos Paroquiais de S. Dinis, ano de 1857 – livro de registo de baptismos do ano de 1857 – PT-ADVRL-PRQ-PVRL23-001-001-010_m0123.tif.

de corpo presente na igreja de S. Dinis indo depois a sepultar, no mesmo cemitério, em jazigo da família.

2.3. A dor de uma mãe destroçada

O mundo parecia ter desabado sobre a cabeça de D. Maria Emília depois de ter perdido o marido, ao fim de dez anos de casamento e agora a filha com dezassete anos. Quantas esperanças teria ela depositado naquela filha a quem legaria a sua enorme fortuna constituída por dinheiro e terrenos nas freguesias de Adoufe, Borbela, S. Dinis, Santa Comba da Ermida, Alvações do Corgo? Só na sua freguesia natal de Adoufe, era proprietária da maioria dos melhores terrenos nas aldeias de Borbelinha, de Minhava e do Couto.

Não temos dados para avaliar se a filha era uma pessoa doente, a pontos de a mãe poder prever este desfecho, ou se foi uma doença súbita que a vitimou.

Certo é que a mãe, então com 58 anos, deve ter perdido a alegria de viver e só sobreviveu à filha escassos 16 meses.

Nos nove meses que se seguiram à fatídica perda arquitectou D. Maria Emília o seu testamento procurando privilegiar os familiares, as instituições de apoio a pobres e desamparados, os presos, os amigos e as pessoas que ao longo da vida a terão apoiado. Mas o seu testamento é, acima de tudo, um hino de louvor à filha Ana Emília, a quem dedica a capela de Minhava, de invocação à santa com o mesmo nome. Mais adiante, em rubrica própria, trataremos em detalhe das cláusulas testamentárias.

Faleceu D. Maria Emília na sua casa na Rua Nova, volvidos oito meses após o testamento, mais precisamente no dia 11 de Fevereiro de 1876¹⁶, tendo recebido todos os sacramentos.

3. O testamento de D. Maria Emília Teixeira de Moura

O testamento e disposição da última vontade de D. Maria Emília foi escrito por Francisco Ferreira da Costa Agarez que foi tabelião e mesário da Misericórdia de Vila Real e tem a data de 8 de Julho de 1875.

Entre as disposições de última vontade, depois de assumir ser cristã católica romana e nessa fé protestar viver e morrer, pede que, quando falecer, seja feito um ofício de corpo presente e que os eclesiásticos presentes “*dirão missa por sua alma e acompanharão o seu saimento, por isso que não quer que do seu corpo se faça prévio depósito, querendo que depois do ofício se dêem esmolas aos pobres*”. Mais quer que sejam ditas 15 missas por sua alma, e igual número respectivamente pelo marido e pela filha Ana Emília.

¹⁶ Registos Paroquiais de S. Dinis, ano de 1876 – livro de registo de óbitos de 1876, p. 2 - PT-ADVRL-PRQ-PVRL23-003-221_m0003.tif

E visto não ter ascendentes nem descendentes dispôs dos seus bens temporais nas condições a seguir indicadas, com descrição de todos os beneficiados e respectivas verbas, e em relação a *“tudo o mais que possui e de que não tem disposto, ou sejam os bens móveis ou imóveis, alfaías, direitos e acções institui seu herdeiro o Hospital da Divina Providência desta Vila Real com os encargos de que seus administradores fazerem cumprir este seu testamento, digo que seus administradores além de fazerem cumprir este seu testamento, hão-de cumprir e satisfazer todas as obrigações que lhe impõem”*¹⁷.

3.1. Herdeiros pertencentes à família do marido

Ao visconde da Azinheira, seu cunhado deixou tudo o que possuía no lugar da Azinheira, freguesia de Alvações do Corgo.

A seu cunhado Claudino Teixeira Guimarães que viveu em S. Paulo, no Brasil, ou aos seus descendentes deixou três contos de reis, por uma só vez, *“devendo fazer-se anúncios nos jornais mais lidos do Porto e Lisboa duas vezes por ano, pelo tempo de dez anos depois do falecimento dela testadora e se findo este prazo não tiver sido procurado este legado caducará”*.

A Cirilo José Ferreira Botelho casado com a filha de Vital Máximo deixou o usufruto, enquanto vivos, da Quinta do Jogo, casais e armazéns no lugar da Povoação (Ermida, Vila Real) e das terras pertencentes à Quinta do Jogo que se compraram pegadas à dita quinta, assim como os móveis e utensílios que lá se encontravam. Tinha a obrigação de dar um almude de azeite para a capela de Minhava.

A Dona Augusta Monteiro, irmã de Cirilo José Ferreira Botelho, deixou 100 mil réis.

3.2. Herdeiros pertencentes à família dos Carneiros da Fontoura

Aos netos de D. Violante, filhos de Sebastião Botelho de Queirós e sua mulher deixou a raiz de tudo quanto possuía na aldeia de Testeira, um lameiro em Cravelas e a quantia de dois contos de reis que só receberiam à medida que se emancipassem; receberiam até lá seus pais o juro de 5%. Para os pais destes deixou o usufruto desses bens enquanto fossem vivos.

Refira-se que D. Violante era sua meia-irmã, já que ambas eram filhas de Duarte Teixeira de Macedo Carneiro da Fontoura.

¹⁷ Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Vila Real – Arquivo – Testamento de D. Maria Emília Teixeira de Moura (8 de Julho de 1875)

3.3. Perdão de capital emprestado e de juros

Seriam perdoadas as dívidas de João Baptista Pinto de Azevedo, de Vila Real, Duarte Fernandes, de Ferreiros, António Alves Pires Grilo e Jerónimo José Correia Botelho. Do mesmo modo eram perdoados os juros vencidos de todos os capitais inferiores a 100 mil réis e os juros do que lhe deviam João Fortunato (da Povoação) e José Pereira Pinto de Azevedo, de Vila Real.

3.4. Ofertas aos pobres

A cada uma das 20 viúvas pobres de S. Pedro, S. Dinis e Adoufe deixou 10 mil réis.

3.5. Vestuário para pessoas pobres e presos

A cargo do herdeiro, o Hospital da Misericórdia, ficava a obrigação de nos dias dos aniversários de seu marido, da filha e dela testadora, mandar fazer perpetuamente, três Lausperene, respectivamente, na capela do Hospital e na igreja de Santa Clara, sendo distribuídos, no princípio dos mesmos, vestuários completos por 17 pobres.

Recomendava, contudo, que a distribuição fosse feita, em cada ano, com o maior escrúpulo e caridade dando-se preferência aos mais pobres e necessitados que deveriam fazer o respectivo pedido devendo a Mesa do Hospital confirmar a sua necessidade. Recomendava aos administradores alguns pobres que eram seus parentes para receber vestuário e socorros do Hospital.

Recomendava também que o mesmo procedimento fosse tido, no dia de aniversário dela testadora, com os presos necessitados das cadeias da Vila.

3.6. Ofertas para pessoas amigas

A Dona Amélia Borges deixou uma pensão anual de 50 mil réis e a D. Maria Nazaré Botelho, uma pensão anual de 40 mil réis e só enquanto viverem.

A Dona Antónia, mulher de José Baptista Pinto de Azevedo, deixou uma pensão anual de 40 mil réis, enquanto viver e só depois do falecimento do marido, se lhe sobreviver.

AD. Mariana Emília da Purificação, deixou 200 mil réis e ao Padre Hermenegildo Pereira da Silva deixou 50 mil réis.

Ao Padre Vitoriano Peres, se não estiver ordenado ao tempo do falecimento da testadora, que receba 50 mil réis.

A D. Isabel Saraiva deixou um bule, uma leiteira e um açucareiro de prata.

3.7. Instituições contempladas, excepto o herdeiro

Ao Asilo da Primeira Infância Desvalida, de Vila Real, deixou um conto de réis e ao Recolhimento de Nossa Senhora das Dores a quantia de 100 mil réis.

À Casa de Abrigo Servas de Maria, de Braga, deixou a quantia de 100 mil réis.

À capela de Santo Amaro, do lugar da Povoação, freguesia da Ermida, deixou 24 mil réis.

3.8. A todos os seus primos

Aos primos deixou todos os seus bragais, menos os rolos de linho que vão para a capela de Minhava, assim como os móveis que estavam fora das suas salas que faziam frente para a Rua Nova, sendo a distribuição feita pela afilhada Maria das Dores junto com a sua amiga D. Isabel Saraiva.

3.9. Aos familiares oriundos de Minhava

A António Alves Grilo, de Minhava, deixou o usufruto das colmeias e plainas só com a água que lhe pertencia, às 4^{as} feiras, de 15 em 15 dias e uma pensão mensal de dois mil reis enquanto for vivo, a ser paga pelo Hospital, sendo a raiz das ditas propriedades, com a declarada água, para os seus filhos. Tinha, contudo, obrigação de enquanto for vivo dar a sua filha Maria o pão correspondente a 10 alqueires. Tinha o direito de receber de José Alves Pires 5 alqueires de pão por ano.

A José Alves Pires e filhos (Maria das Dores, Manuel e António), de Minhava, deixou o Lameiro do Remordeiro, a mata que a testadora lhe tinha comprado e um terreno próximo, tudo em Borbelinha. Deixou-lhe ainda o casal do Carvalho, na Povoação, a mata, diversas vinhas e olival, pipas tonéis e cascos, tudo no mesmo local.

Tinham como obrigações: dar um almude de azeite para a capela de Minhava; pagar ao Hospital 75 mil réis por ano, com condições especiais no primeiro ano. Tinha ainda a obrigação anual de dar a Ana e Maria Fernandes, de Ferreiros, 10 alqueires de pão e a António Alves Grilo, de Minhava, 5 alqueires.

A Maria das Dores, afilhada, filha de José Alves Pires, que estava na companhia da testadora, deixou a casa e quintal no sítio da Costa, nas imediações de Minhava, a pensão anual de cinquenta mil réis para comer na companhia dos pais e casando cessaria a pensão mas receberia, por uma só vez, 300 mil réis. Esta pensão começava logo após o falecimento da testadora.

A Manuel, filho de José Alves Pires, deixou mais 20 mil réis.

A Margarida Alves Pires e marido Manuel Gonçalves Conde, de Minhava deixou o usufruto da cortinha da Galé, da lameira do Tapado e o resto das terras

compradas a João Nicolau de Vila Seca, assim como o perdão do dinheiro que deve à testadora. A todos os filhos destes que existirem à data do falecimento da testadora, ou seus descendentes, deixou a raiz de todos dos demais bens.

Tinham como obrigação dar a Ana e Maria Fernandes, de Ferreiros, enquanto vivessem, 10 alqueires de pão.

A Anacleto Alves Pires, viúvo, de Ferreiros, deixou as terras compradas aos irmãos Manuel, António e Bernardino de Barros, arrendadas a Manuel de Barros, assim como a propriedade da Coalhada, em Borbelinha e do terreno do Terroeiro, comprado a José Rua. Teve ainda o perdão das importâncias que devia à testadora. Tinha a obrigação anual de dar a Ana e Maria Fernandes, de Ferreiros, enquanto vivessem, 5 alqueires de pão.

A Joaquim Alves Pimenta, de Adoufe, deixou o terreno do souto da Cruz das Almas, ao Arcabuzado, em Vila Real.

A Maria, filha de Rosa Alves Pires, de Vilarinho, freguesia de S. Miguel da Pena, deixou o foro que lhe pagavam no lugar de Quintelas, freguesia de Mondrões.

A Margarida Alves Pires, moradora em Sabroso, deixou 400 mil reis, sendo por sua morte para suas filhas Inácia e Maria. Ao filho desta, de nome José, deixou uma vinha no sítio dos Valados, limite de Nogueira.

A Rosa Alves, moradora em Coedo deixou 100 mil reis.

A Margarida Gonçalves Grilo, moradora em Gontães, freguesia de S. Miguel da Pena, deixou 50 mil réis.

A Joaquina Póvoa, filha de Engrácia Grila, moradora em S. Miguel da Pena, deixou 50 mil réis, logo após a morte da testadora.

A Manuel, filho de Rosa Alves Grila, morador em S. Miguel da Pena, deixou 500 mil reis e que fosse mostrado o que devia.

3.10. Outras ofertas

A todos os afilhados que não beneficiou especialmente deixou 20 mil réis, a cada um.

A Maria Bobal, de Borbelinha, o usufruto de terreno chamado o Terroeiro, que ela granjeia e da pretensão que tem sobre o palheiro. A suas filhas deixou a raiz desses bens.

À afilhada Maria, filha de António Dias de Moura, deixou o terreno do lameiro de Leirós, freguesia de Borbela e 40 mil reis.

A Tomás Rodrigues Teixeira, de Minhava, poderia ficar como caseiro das terras legadas, sob condição, a José Joaquim Gonçalves Conde, até à sua ordenação, altura em que ele poderia tomar conta delas, ou, casa as perca, que fique caseiro enquanto quiser e pagar as respectivas rendas.

A Maria Joaquina das Dores, antiga criada, deixou 15 mil réis.

Ao criado galego, da aldeia da Povoação, deixou 20 mil réis.
A Maria Emília, filha de Ana Joaquina, deixou uma cómoda.
A cerca de 20 pessoas suas conhecidas deixou verbas que ultrapassam os 2 contos de réis.

3.11. Hospital

Como já foi referido o testamento estabelece como herdeiro do remanescente o Hospital da Misericórdia com a obrigação de os administradores fazerem cumprir o testamento.

4. A ligação de D. Maria Emília aos Carneiros da Fontoura

Como foi referido D. Maria Emília era filha bastarda do Senhor da Casa do Assento da Igreja de Adoufe, Duarte Teixeira de Macedo Carneiro da Fontoura e de



Imagem nº 5 - Casa do Assento da Igreja de Adoufe, que pertenceu aos Carneiros da Fontoura
(foto de António Conde, 2014)

Margarida Alves Pires. Alguns ramos dos Carneiros da Fontoura, uma família nobre oriunda de Castela e que se fixou na região de Chaves no início da Idade Moderna, fixaram-se depois na região de Vila Real e, ao longo dos séculos, estabeleceram

ligações com várias casas, nomeadamente a Casa de S. Pedro, Casa do Cabo de Vila, Casa de Souto Escarão, Casa de Relvas, Quinta da Silvela, Casa do Assento da Igreja de Adoufe e Quinta da Casa Amarela, junto à Ponte de Santa Margarida.

A Casa de Adoufe tinha brasão que foi dado em Lisboa, no reinado josefino, a petição de Francisco Carneiro de Fontoura Francisco Carneiro da Fontoura Teixeira Taveira de Magalhães *“dizendo nella que elle supplicante he filho legitimo do Doutor António Pereira Tarefa de Oliveira e de sua mulher D. Izabel Joanna Botelho Cardoso da Fontoura Teixeira de Magalhães da dita Villa Real, Neto pela parte paterna de domingos Pereira Tarefa e de sua mulher D. Domingas Nunes da dita Vila, e pela materna de Francisco Carneiro da Fontoura de Azevedo Teixeira Taveira de Magalhães e de sua mulher D. Brites Botelho Cardoso de Louzada moradores na sua Quinta de Souto de Escarão, termo da dita Villa Real.”*

De acordo com o decreto régio, datado de 12.09.1755, a descrição do brasão é a seguinte:

*“um escudo esquartelado, no 1º quartel as armas dos Carneiros que são em campo vermelho uma banda azul coticada de ouro e carregada de três flores de lis do mesmo metal entre dois carneiros de prata armados de ouro; no 2º quartel as dos Fontouras que é um escudo em pala, na 1ª em campo verde uma fonte de ouro de que corre água e na 2ª em campo de prata uma árvore verde e um lebreu atado ao pé por uma cadeia de ouro e um estandarte vermelho enfiado em uma haste de ouro atravessado pela árvore; no 3º quartel as dos Botelhos que são em campo de ouro quatro bandas de vermelho; e no 4º quartel as dos Cardosos que são em campo vermelho um cardo com duas alcachofas verdes perfiladas e floridas de ouro entre dois leões do mesmo metal batalhantes. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metais e cores das ramas. Timbre o dos Carneiros”*¹⁸.

Esse brasão foi apeado quando a Quinta de Adoufe foi vendida ao Dr. Bento Amaral, da Casa de Urros, de Mateus. O Dr. Júlio Teixeira na obra aqui citada, publicada no início da década de cinquenta, dá a entender que a quinta tinha sido vendida alguns anos antes. Mas, com efeito, tendo nós consultado o arrolamento feito em 1912, dos bens da igreja de Santa Maria de Adoufe, ao abrigo da Lei de Separação, encontramos a seguinte descrição: *“A igreja paroquial, com um torreão e dois sinos (...) que confronta do nascente, poente e norte com Dr. Bento Amaral e sul com o cemitério”*¹⁹.

¹⁸ TEIXEIRA, Júlio A. – Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu termo (genealogias, brasões, vínculos), 1º Vol., [Lisboa], Telles da Silva, 1990, Reedição facsimilada da ed. de Vila Real, Imprensa Artística, 1946-1952, pp. 202-203.

¹⁹ Auto de Arrolamento dos bens da igreja na freguesia de Adoue, ao abrigo da Lei da Separação, feito em 13 de setembro de 1912.

Verifica-se, de facto, que a venda à Casa de Urros deve ter sido realizada bem perto do início do século XX e terá sido nessa altura que o brasão foi apeado e foi colocado no portão da Quinta dos Ciprestes, junto à Rua da Guia, já que depois de ter sido vendida a Casa de S. Pedro, a chamada Casa Amarela, da Rua da Guia passou a ser a única casa da família Carneiro da Fontoura, entretanto ligados por alianças matrimoniais aos Queirós, da Casa de Relvas e de S. Pedro.

Segundo informação que colhemos na Rua da Guia em Julho de 2012²⁰, a Casa Amarela, pertença dos Botelho Machado de Queirós, descendentes dos Carneiro de Fontoura, é conhecida hoje por Quinta dos Ciprestes e foi vendida pelo seu proprietário, o Engº Carlos Botelho Machado de Queirós, a uma filha da nossa informante que a ocupa no presente. Quanto ao brasão que aí existia no portão da quinta, vinda de Adoufe, como acima referimos, colhemos a informação de que foi apeado e levado pela família para as suas propriedades na região do Porto.

Tanto quanto sabemos é representante desta família D. Maria Amélia Ferreira Botelho de Queirós (filha do Engº Carlos Mcahado de Queirós) que casou com Nuno Franco de Oliveira Falcão²¹, com ligação aos condes do Restelo. Este casal tem numerosa descendência.

Os descendentes do Carneiros da Fontoura já não têm património em Vila Real. As únicas referências heráldicas desta família, no presente, são o brasão da Casa de S. Pedro, que foi morada dos morgados de Adoufe, nomeadamente de Duarte Teixeira de Macedo e segundo o Dr. Júlio Teixeira, na obra que vimos citando, um outro brasão na parede da capela-mor da Igreja de S. Pedro, do lado da Epístola, pintado nos azulejos que representa os apelidos: Primeiro e quarto, os Teixeira, da Casa de Anta, no segundo os Correia (águia com escudete no peito e correias) e no terceiro os Machados, de Silvela.

O brasão da Casa de S. Pedro, segundo Júlio Teixeira, representa: No primeiro quartel os Botelhos, descendentes de Afonso Botelho, 1º alcaide mor de Vila Real; no segundo quartel os FONSECAS, dos Pintos da Fonseca de Canelas, ramo da Casa de Balsemão, no terceiro os Machados, de Silvela, ramo dos Senhores de Entre Homem e Cávado e no quarto quartel os Correias da casa de Farelães, várias vezes unidos aos Botelhos de Vila Real²².

²⁰ Conversa com a nossa informante, D. Helena, funcionária da UTAD e moradora na Rua da Guia, junto à capela da Senhora da Guia.

²¹ <http://geneall.net/pt/forum/7170/condes-do-restelo/#a37613>

²² TEIXEIRA, Júlio A. – Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu termo (genealogias, brasões, vínculos), 1º Vol., [Lisboa], Telles da Silva, 1990, Reedição facsimilada da ed. de Vila Real, Imprensa Artística, 1946-1952, pp. 185-186

5. A capela de Minhava

De acordo com o testamento de 1875, D. Maria Emília Teixeira de Moura determinou certas obrigações ao Hospital da Misericórdia, tendentes à construção da capela de Santa Ana, de Minhava.

As obrigações diziam respeito à construção da capela, segundo o desenho já traçado, e que nela fosse instituída missa perpétua, em todos os domingos e dias santos de guarda. Queria a testadora que fosse adquirida a imagem da padroeira e fosse feita festa no dia de Santa Ana, com missa cantada e sermão, assim como uma missa cantada nos dias de S. João e N^a S^a da Conceição, devendo o Hospital mandar cumprir anual e perpetuamente as missas e festividades que deixa declaradas.

Em relação às festividades queria a testadora que nelas fossem usados os seus castiçais de prata e os seus quatro cobertores de damasco.



Imagem nº 6 - Capela de Santa Ana – Minhava – Adoufe (Foto de António Conde, 2015)

Embora a sua intenção fosse poder concluir a capela na sua vida queria que, caso falecesse, antes da conclusão, o Hospital da Misericórdia a concluísse cumprindo o risco existente e com toda a decência e propriedade para o culto divino. De facto infere-se da leitura do testamento que a capela estava já em execução, em 1875, sendo mesmo feita referência “à capela que se anda construindo”. Outra das

disposições testamentárias diz respeito ao azeite para a capela, cujas obrigações são referenciadas, ao longo do estudo, na descrição dos beneficiários, suas verbas e suas obrigações.

Relativamente ao terreno onde a capela foi construída não dispôs no testamento, porque o destinava a esse, e a um outro chamada da Galé, como pertenças da capela, adro, horta e cultivo de quem fizer de sacristão querendo que o seu afilhado Tomás Rodrigues Teixeira fosse o primeiro sacristão.

O testamento dispõe, ainda relativamente à capela de Minhava, que lhe fosse destinada uma cómoda e doze rolos de linho vindos da casa da testadora.

Na actualidade a capela de Minhava e terrenos anexos, património da Santa Casa da Misericórdia da Misericórdia são, em termos matriciais, um prédio urbano composto de Igreja, com a superfície coberta de 114,41 m² e logradouro com a área de 473,94 m², sitos na Rua Municipal de Minhava, freguesia de Adoufe.

Quanto à parte arquitectónica e artística reproduzimos aqui a excelente descrição que faz parte da obra sobre o património histórico e artístico da Misericórdia, a saber:

“A capela de Santa Ana é um pequeno edifício com uma fachada ladeada por pilastras de canto, rematada por um frontão triangular sobre o entablamento e sobrepujado por dois pináculos laterais e cruz central. Rasgam o frontispício, uma porta de lintel curvo e ombreiras lisas, dois pequenos óculos circulares e, por cima da porta, um óculo de maior dimensão quadrilobado, com uma cartela na parte inferior. As paredes laterais e cabeceira são de grande contenção formal nos vãos, existindo na do lado da Epístola uma pequena sineira. Na arquitectura interior, a mesma contenção formal. É de realçar o retábulo, riscado com mestria e onde se desenvolve uma linguagem eclética, o púlpito com escada, o coro e o medalhão pintado no tecto. Completa todo o conjunto uma pequena sacristia”²³.

6. O capelão que não chegou a sê-lo

Deixámos propositadamente para o final deste estudo a questão do capelão, tão intrinsecamente ligada ao bom funcionamento da capela de Santa Ana que mereceu da testadora a maior das atenções.

As cláusulas relativamente ao futuro capelão visavam a sua ordenação, salvaguardando, contudo, qualquer facto que impedisse que isso se viesse a concretizar, o que resultaria na perda dos direitos transmitidos. Assim a primeira cláusula é do seguinte teor:

“Quer ela testadora proteger completamente a ordenação eclesiástica do menor José, filho de António Gonçalves Conde, afilhado de sua filha, sendo para

²³ A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real: história e património / coord. Fernando de Sousa, Natália Marinho Ferreira-Alves, Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2011, p.

isso que no princípio da lauda anterior lhe legou bens para o seu património; mas como ele é pobre quer ela proporcionar-lhe todos os meios para a sua educação e estudos e mesmo vestuário e sustentações até tomar as últimas ordens sendo porém natural que ela testadora por sua idade e moléstias não possa de per si completar a sua vontade, encarrega o desempenho da mesma a seu herdeiro, desde que ela testadora o não poder fazer, sendo para comprovação da despesa que tem a haver os rendimentos dos bens que destina para o património, assim como haverá a raiz no legatário caso não quiser ordenar-se. Em todo o caso deve entender-se que ela testadora não faz o legado ao dito menor com a condição de se ordenar, mas sim para se ordenar e se não, não.”

Paralelamente tratou a testadora de, sob condição de reversão, lhe legar bens tendo em vista constituir um património pessoal que completasse os seus rendimentos, bem assim que fosse o suporte financeiro para os seus pais e irmãos.

Desse património faziam parte os seguintes bens:

Propriedade chamada Cortinha Grande que é próxima à capela, reparando-se o caminho com a água que lhe pertence; montes e tojeiras e castanheiros que comprou a José Nisa, a saber: castanheiros do Tourão que era de sua mãe; bocado da Tojeirinha no Tourão que foi de José Nisa; casas, quintal e canastro onde chamam as Cortes, em Minhava.

Desses bens seriam usufrutuários seus pais, sendo ainda atribuído a seu pai uma verba de 30 mil réis. Em qualquer dos casos José Joaquim só poderia tomar conta da raiz destes bens depois de se ordenar e, no caso de não concluir a ordenação ou não querer seguir o estado eclesiástico, perderia tudo, salvaguardando-se, contudo que seus ficassem usufrutuários da casa, no lugar de Minhava.

Quem era o futuro capelão?

A escolha da pessoa que iria ser ordenado para cumprir as obrigações eclesiásticas na capela de Santa Ana, de Minhava, recaiu sobre um menino, afilhado da filha da testadora que, à altura do testamento, tinha pouco mais de dois anos. Provavelmente a escolha foi feita mais em função da consideração pelos pais e familiares do que em função duma criança que há pouco começava a dar os primeiros passos.

José Joaquim era filho de António Gonçalves Conde e de Preciosa Fernandes, jornaleiros, neto paterno de Manuel Gonçalves Conde, de Borbela e de Margarida Alves, de Borbelinha e materno de Joaquim Fernandes e Ana da Silva todos de Borbelinha. Nascido em Borbelinha em 6 de Maio de 1873 foi baptizado na igreja de Adoufe, a 18 do mesmo mês, sendo padrinhos por devoção S. José e o Pe. Joaquim Fernandes da Costa, pároco de Lordelo por procuração bastante que lhe fez a excelentíssima senhora Dona Ana Emília Teixeira de Moura, solteira, proprietária, de Vila Real²⁴.

²⁴ Registos Paroquiais de Adoufe – livro de registo de baptismos de 1870 a 1875, pp. 49-49v

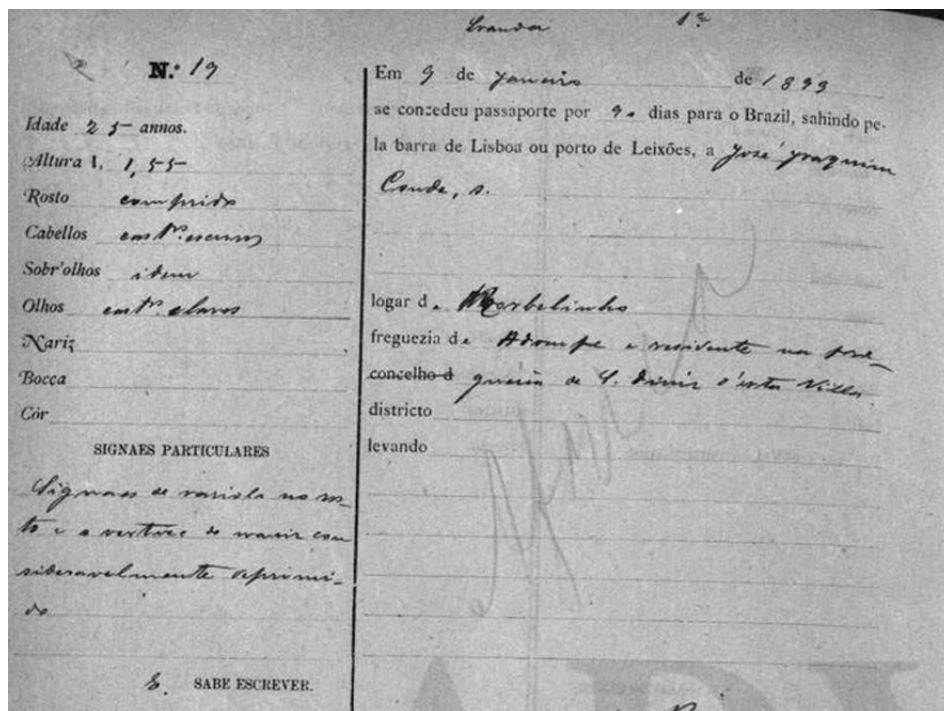


Imagem nº 7 - Passaporte de José Joaquim Conde – 1899 - ADVR

Aos seis anos de idade perdeu José Joaquim a mãe, falecida a 17 de Março de 1879 e a avó materna, falecida a 24 de Junho do mesmo ano.

De um documento relativo ao lançamento da receita e despesa do legado sabemos que, já em 1877, lhe foi atribuída a importância de 22.624 réis, a que se refere o recibo nº 76 e a designação de “Transmissão a cargo do menor José Gonçalves Conde”²⁵.

Pouco se sabe do sucesso dos estudos de José Joaquim.

Em 1888, então com 15 anos de idade, ainda era estudante, ao tempo em que foi padrinho de um meio-irmão. Em 1899, com 26 anos de idade, foi padrinho de casamento de sua meia-irmã Laurinda de Jesus Conde que casou com José António Botelho. À altura, é dado como solteiro, proprietário e residente em Minhava. O abandono dos estudos deve ter-se dado entre estes dois actos. A sua assinatura denota uma boa formação na arte da escrita.

²⁵ Legado de Maria Emília Teixeira de Moura, 1858-1907 (PT/ADVRL/MIS/SCMVR/F – A/012-004). Este documento refere ainda várias despesas entre as quais se incluem pagamentos a artistas que trabalharam na capela de Minhava, nomeadamente José Alves Grilo, carpinteiro, de Minhava e a José Gonçalves Conde e irmão de Borbelinha pelo aterro da Capela de Minhava, isto nos anos de 1876 e 1877.

As fontes familiares que fomos recolhendo ao longo da nossa vida referem o seu abandono dos estudos, por pressão do herdeiro que o terá mesmo coagido a assinar a renúncia. De igual modo ouvimos referências de ele, que quando se deu conta do erro, se tomou de um enorme desgosto e emigrou, em definitivo, para o Brasil.

Acreditamos que José Joaquim fosse protelando os seus estudos e a hipótese de ordenação o que terá trazido enormes dificuldades ao herdeiro, quer pelas despesas avultadas da sua formação, quer porque a capela de Minhava, por esta razão, tarde teria o seu capelão. Não duvidamos que, por esses motivos, José Joaquim tenha sido chamado à razão e esse facto pode tê-lo levado a desistir. Certo é que essa suposta irresponsabilidade da sua parte trouxe consequências extremamente negativas para ele e, sobretudo, para os seus pais e irmãos.

Quanto à ida para o Brasil registámos a existência de dois pedidos de passaporte²⁶, um de 1899 e outro de 1905. Duas hipóteses se levantam, a saber: ou tirou o passaporte em 1899 e não se confirmou a saída e só o fez passados cinco anos e teve de pedir novo passaporte; ou, eventualmente, pode ter ido para o Brasil em 1899 e voltou depois a Portugal, de onde partiu novamente para o Brasil em 1905. Desta vez a opção foi mesmo definitiva, pois nunca ouvimos nenhuma referência sobre notícias que tenha dado do Brasil.

Fossem quais fossem as motivações que o terão levado a desistir da ordenação eclesiástica este nosso tio-avô José Joaquim, homem com “*sinais de varíola no rosto e o vértice do nariz consideravelmente reprimido*”, como é referido no passaporte de 1899, tal atitude não ajudou a cumprir o sonho de D. Maria Emília Teixeira de Moura de ter um homem de família como capelão da capela de Santa Ana, em Minhava.

Conclusão

Constituiu nossa pretensão trazer novos contributos para o melhor conhecimento do exemplo de vida desta benemérita vila-realense, através dum percurso transversal onde a biografia, a genealogia, a heráldica, a história da família, a memória e o património, entre outros, se entrecruzam na reconstituição do percurso de vida desta personalidade ímpar.

Por outro lado o presente estudo, por convocar fontes orais e dimensões da memória familiar do autor, é também um espaço de partilha de elementos do património imaterial e de memórias que os documentos não registam e que a voragem do progresso inexoravelmente faz cair no olvido.

²⁶ Arquivo Distrital de Vila Real – Livro de registo de passaportes nº 32 – anos de 1897 a 1900, fls. 344v, registo nº 19; Livro de registo de passaportes - de 1903.11.18 a 1906.04.10, fls. 696.

Fontes e Bibliografia

Arquivo Digital do Ministério das Finanças

– auto de arrolamento dos bens da igreja da freguesia de Adoufe, 1912

Arquivo Distrital de Vila Real

. Legado de Maria Emília Teixeira de Moura, 1858-1907 (PT/ADVRL/MIS/SCMVR/F – A/012-004)

. Livro de registo de passaportes nº 32 – anos de 1897 a 1900, fls. 344v, registo nº 19

. Livro de registo de passaportes - de 1903.11.18 a 1906.04.10, fls. 696

. Registos Paroquiais das freguesias de S. Pedro, S. Dinis, Ermida, Adoufe – vários anos

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Vila Real

– Arquivo – Testamento de D. Maria Emília Teixeira de Moura (8 de Julho de 1875)

Bibliografia

. A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real: história e património / coord. Fernando de Sousa, Natália Marinho Ferreira-Alves, Porto: CEPES - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2011.

. BAENA, Visconde de Sanches de – Arquivo Heraldico-genealógico, Lisboa, Tipografia Universal, 1872

. BRANCO; Camilo Castelo - Correspondências do periódico dos Pobres – Introdução e notas de Manuel Tavares Teles, Vila Real, Grémio Literário Vila-realense/Câmara Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais, IV Série, nº 7, 2010

. Jornal do Porto, de 22 de Fevereiro de 1876 – Secção correspondências

. PINTO, Albano da Silveira, BAËNA, Visconde de Sanches de - Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal, vol.1, 2ª Ed., Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883 (1991), p. 191.

. TEIXEIRA, Júlio A. – Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu termo (genealogias, brasões, vínculos), [Lisboa], Telles da Silva, 1990, 4V, Reedição facsimilada da ed. de Vila Real, Imprensa Artística, 1946-1952.

Agradecimentos:

O autor agradece:

- ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, Sr. Pe. José Joaquim Dias Gomes, por nos ter facultado o acesso ao testamento de D. Maria Emília Teixeira de Moura que se tornou fundamental para o presente.
- ao Dr. Ricardo Rocha, do CEPES, pelas suas informações valiosas.
- ao Dr. A. M. Pires Cabral pela aceitação na publicação deste estudo.
- a todas as pessoas e familiares que nos deram informações sobre “a Vital Moura”.

*O autor, por opção, não escreve de acordo com o Acordo Ortográfico vigente.